

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio
Deputado George Melo

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

SUMÁRIO	Despacho ao Processo nº 000067/ALE/2012	2
	Resolução de Afastamento nº 521/2012	2
Atos Legislativos		
	Ata da 2158ª Sessão Ordinária na Íntegra	2

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

FLAVIA DAYANE DOS SANTOS SILVA
 Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES
 As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
DA PRESIDÊNCIA: EXTRATOS DE CONTRATOS
DESPACHO
PROCESSO Nº 000067/ALE/2012

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, referente às despesas com assinatura de jornais destinados a atender aos setores desta Casa Legislativa no exercício de 2013, em favor das empresas **EDITORA BOA VISTA LTDA, CNPJ nº 04.653.101/0001-12**, no valor de R\$ 43.680,00 (Quarenta e Três Mil, Seiscentos e Oitenta Reais), e **EDITORA ZÊNITE LTDA, CNPJ nº 08.509.060/0001-46**, no valor R\$ 27.720,00 (Vinte e Sete Mil, Setecentos e Vinte Reais), conforme consta no processo em epígrafe, com fundamento no disposto do Art. 25, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores. Sendo assim, em atendimento o que dispõe o Art. 26 do referido diploma legal, submeto o assunto a elevada consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Boa Vista-RR, 13 de dezembro de 2012.

Aias Viana Bento

Superintendente Administrativo

Ratifico o despacho retro, nos termos do Art. 26, referente à Inexigibilidade de Licitação, para pagamento de despesas com assinatura de jornais, de que trata o presente Processo.

Determino que se publique no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, de conformidade, com a exigência contida no mesmo Art. 26 da lei supramencionada, no prazo de 05 (cinco) dias, o presente despacho.

Boa Vista-RR, 13 de dezembro de 2012.

Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente ALE/RR

**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
RESOLUÇÃO Nº 521/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **ALESSANDRA DA SILVA VASCONCELOS, Matrícula 013194**, para viajar com destino

a cidade de Manaus-AM, no período de 16.12 a 21.12.2012, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atribuições funcionais junto a Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 14 de dezembro de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2158ª SESSÃO, EM 14 DE NOVEMBRO 2012.

44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

(Em exercício)

Às nove horas do dia quatorze de novembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima quingentésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Convido o Senhor Deputado Gabriel Picanço para atuar como Primeiro Secretário.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) - Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Chicão da Silveira) – Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

-Memorando nº 107/12, de 13/10/12, do Deputado Brito Bezerra, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 16/11/12.

-Memorando nº 99/12, de 13/10/12, do Deputado Mecias de Jesus, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 13 e 14/11/12.

-Ofício nº 0032/12, de 06/11/12, solicitando encaminhamento de documentos para adoção dos procedimentos previstos na legislação, objetivando abertura de processo para apurar o crime de apropriação indébita cometida dolosamente pelo Exmo. Senhor Governador do Estado de Roraima.

-Ofício nº 038/12, de 08/11/12, da Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira Tributação e Controle, solicitando que disponha a esta Comissão um técnico deste Poder, a fim de prestar assessoria específica acerca da Prestação de contas do Instituto de Previdência do Estado de Roraima.

-Ofício nº 021/12, de 14/11/12, do Deputado Jânio Xingu, requerendo que seja lida no Expediente e incluída na Ordem do dia a Indicação anexa, sugerindo ao Senhor Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FEMARH a criação de Posto Avançado no município de Rorainópolis.

-Ofício nº 022/12, de 14/11/12, do Deputado Jânio Xingu, requerendo que seja lida no Expediente e incluída na Ordem do dia a Indicação anexa, sugerido ao Senhor Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAIMA a criação de Posto Avançado no município de Rorainópolis.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

-Mensagem Governamental nº 47, de 13/11/12, informando que o Governador estará ausente do País no período de 14 a 24/11/12, sem ônus para o Erário Estadual.

EXTERNOS:

-Ofício nº 433/12, de 13/11/12, do Tribunal de Justiça de Roraima, encaminhando ofício nº 3711/2012 – Casa Civil.

-Ofício nº 428/12, de 12/11/12, em resposta ao OF/S.L/PRES/ Nº 0119/12.

-Ofício nº 192/12, de 07/11/12, solicitando informações adicionais sobre a interpretação dos incisos VII, XII e XXV, do Art. 159, § 1º, da Constituição Estadual, objetos das Emendas Constitucionais nº 021/2008 e nº 030/2012.

-Abaixo-assinado s/n, solicitando, com urgência, a realização de uma Audiência Pública para tratar da alteração na Constituição Estadual, em decorrência da edição da Emenda Constitucional nº 03, de 23/10/12.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, gostaria de tirar uma dúvida. O Deputado Chicão leu um documento, no qual o Senhor foi inquerido pelo Tribunal de Justiça. Poderia esclarecer esse documento?

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – É uma intimação do Poder Judiciário ao Presidente da Assembleia um pedido de informação do poder Legislativo àquele Poder.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) – Proceda à chamada.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, inicialmente, Deputada Ângela Portella, quero manifestar a minha alegria, pois ultimamente, temos visto falar aqui, em crise, em queda de receita, que o Estado não está recebendo o que deveria receber e, eu quero chamar a atenção dos colegas parlamentares sobre o que eu vou dizer aqui agora. Nos primeiros dias do mês de novembro, ou seja, no primeiro decênio, Deputado Sampaio, chegou só e somente só de FPE, Deputado Remídio, para o Estado de Roraima, 84.750.000,00. Isso significa, minha gente, 8 milhões e 400 mil por dia útil ou corrido, envolvendo sábado, domingo e feriados. É o maior decênio do exercício de 2012. Aí, pode-se argumentar, será que há os descontos? Claro, desconta o FUNDEB, mas o FUNDEB é para sustentar a estrutura da Educação, inclusive o pagamento de pessoal. Descontos do fundo estadual de saúde? Claro, também são recursos para sustentar a saúde e efetuar o pagamento de pessoal. Se nós juntarmos saúde e educação, corresponde a 60% da folha de pagamento do Estado de Roraima e são pagos necessariamente com o FUNDEB e com o fundo estadual de saúde. Mas, se nós contarmos o FUNDEB como informa o Tesouro nacional, fica líquido 67 milhões e 800 mil reais. Então, cai por terra, de maneira absoluta, o argumento de que Roraima passa por dificuldades, pois esse é um valor expressivo, vultoso para um Estado que tem 461 mil habitantes. Agora, se o Estado está em crise, me surpreende o Governador pedir licença para se afastar do País e passar 10 dias no exterior. Que crise é essa que o mandatário maior do Estado vai para o exterior passar 10 dias? Que crise é essa que nesse momento o Governador sai, viaja e entrega o Estado ao seu vice, que tem competência para gerir também, mas é muito mais interessante quando o próprio titular está à frente das decisões, porque há uma respeitabilidade maior, há uma tomada de decisão mais efetiva quando necessário. Portanto, porque será que agora que chegou tanto dinheiro, o Governador resolve passar 10 dias no exterior? A minha memória e minha inteligência é muito restrita para entender isso.

Mas quero hoje falar aqui, Deputados Ionilson Sampaio e Erci de Moraes, de áreas que Vossas Excelências entendem muito bem. No fim de semana, fui contactado por um grupo de proprietários aqui do Urubuzinho, de quem vai para o Município de Alto Alegre. Ontem, os recebi e há pessoas que estão há 29 anos ocupando essas terras. Do grupo que veio falar comigo, o que tinha o menor tempo de ocupação estava lá há onze anos. Pois bem, Deputado Joaquim, o Doutor Waldemar está indo lá pessoalmente retirar essas famílias. Uma senhora que tem título definitivo, e aqui está em minhas mãos, uma cópia, e disse que quando chegou na Casa dela, o Doutor Waldemar tinha colocado todas as coisas dela no terreiro na frente da casa. Ontem, eu procurei um desembargador amigo meu até para me orientar, e ele disse que quando existe um título definitivo, somente a justiça pode revogar. Isso não pode ser feito através de ato administrativo, através de uma ação de um órgão. Mas, vejam bem, essa gente que está lá recebeu o título definitivo das mãos do Excelentíssimo Senhor Governador José de Anchieta Júnior, também assinado pelo Senhor Márcio Junqueira. Sabe que dia, Deputado Joaquim

Ruiz? 28 de dezembro de 2011. Essas pessoas receberam o título do ITERAIMA, foram até o cartório de imóveis e registram, está aqui o registro, o documento do registro de imóveis. Agora, aparece gente para dizer: “não, isso não é mais seu, você tem que sair”. É uma pressão psicológica enorme. A minha preocupação maior é que todos nós sonhamos e torcemos pelas transferências das terras, o que nós queríamos e sonhávamos era com a segurança jurídica, com a tranquilidade do proprietário, com a capacidade dele ir numa agência de fomento e conseguir lá, um empréstimo, mas o que está acontecendo é o contrário, está acontecendo a insegurança jurídica. Isso é inconcebível. Nós vivemos num Estado democrático de direito e as pessoas que têm direito, devem, acima de tudo, ser respeitadas como proprietários, como cidadãos, como pais de família, não dá mais para vivermos num Estado onde tem um grupo que se arvora dono do Poder e acha que pode tudo. Esse Estado pode o que a lei determina, não pode o que esses algozes acham que podem.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Essa denúncia que Vossa Excelência faz é grave. Então, o ITERAIMA emitiu um título para um cidadão que era possessor, o Governador assinou o título, esse cidadão fez registro no cartório de imóveis e, agora, o ITERAIMA está querendo dar esse mesmo terreno para outra pessoa? Sabe o que eu me lembrei agora? Essa semana estava ouvindo uma conversa de um rapaz que foi candidato a vereador lá em Pernambuco, um conterrâneo meu, dizendo que estava contando uma história para um cidadão e ele disse assim: “lá no bairro São João eu vou ter 800 votos”. Aí o cara falou assim: “tu tá lembrado que só se pode votar uma vez?” Por isso estou fazendo esse comparativo, pois só se pode emitir título uma vez em cima de uma mesma área. Então, parece que o próprio ITERAIMA está fazendo confusão, ou então estão agindo de má-fé. É preciso que o Governo do Estado faça as coisas com mais seriedade, que os órgãos que são ligados ao governo façam as coisas com mais seriedade. É por isso que estão suspensas hoje, as transferências das glebas, a emissão de títulos, o licenciamento ambiental, porque o próprio governo trabalha mal nessa área. É preciso que se melhore isso sob pena de depois serem responsabilizados como o Governador, que está respondendo a uma ação impetrada pelo Ministério Público junto à justiça em função dessas confusões do ITERAIMA.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. - Ontem, uma pessoa me procurou dizendo que aqui na região do Passarão o ITERAIMA conseguiu dar a mesma área para três pessoas. A confusão é muito grande e isso já parou na PROGE. Contudo, o Juiz manteve a decisão e, mesmo com os esclarecimentos do ITERAIMA, não mudou de ideia. Mas, é natural às vezes o juiz dar uma informação e depois quando tem a contra informação, quando clareia as ideias ele mudar de opinião, assim como qualquer outro cidadão. Não há, por parte do ITERAIMA, nenhuma vontade de fazer as coisas corretas, nenhuma respeitabilidade concreta na condução dessa titularidade. Esse é o momento mais nobre que Roraima está fazendo, é decisivo para agora e para o futuro essa decisão da titularidade com critério, justiça social, respeito as pessoas, pois vamos dar condições para se criar instrumentos para a nossa economia melhorar, para sairmos dessa economia do contracheque. Todavia, o que se vê são desmandos. Eu não vou nem comentar o que as pessoas dizem para a gente de forma particular, pois são coisas impublicáveis. Há secretário de Estado que é proprietário e afirma que pagou propina para receber o título do próprio ITERAIMA. Isso é um escândalo. Não podemos conviver com isso. Chega de bandalheira pelo amor de Deus, respeitem esse momento, Roraima precisa sonhar, crescer, construir um caminho, mas com essa gente que está aí, que só age de má-fé, não há um caminho novo a se seguir.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chicão da Silveira - Vossa Excelência traz uma denúncia gravíssima e pesa sobre os ombros deste Poder a responsabilidade de tomar uma iniciativa. Ser produtor nesse Estado é um desafio muito grande. Quando você derrama seu suor, se dedica, trabalha com amor, um desrespeito desse é inaceitável. Conforme resolução recém-publicada, gostaria de pedir ao Senhor Presidente que fosse feita uma arguição, o mais rápido possível, com o Presidente do ITERAIMA, para que isso não possa mais ocorrer. Eu fiquei preocupado quando indaguei a Vossa Excelência da anulação do registro, porque eu conheço o nosso amigo Nerli há 34 anos, um homem sério e, eu tenho certeza que mesmo que o ITERAIMA solicite a anulação desse título, ele não será anulado. Temos que dar suporte a essas famílias para que possam mover de imediato uma ação de reintegração de posse, porque ali tem o suor deles e a esperança do futuro das suas famílias. É preciso que este Poder tome de imediato um posicionamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio –

Mais uma vez Vossa Excelência usa a Tribuna para trazer fatos que afetam o nosso Estado, Senhoras e Senhores Deputados, nós, desta Casa, sabemos o que está acontecendo no ITERAIMA. Nós conversamos nos bastidores e sabemos, assim como sabíamos o que estava acontecendo no IPERR. O Presidente do IPERR aqui, deu uma explicação técnica, dizendo que era conhecedor dos fatos e, muitos Deputados se auto enganavam dizendo que estavam satisfeito com as explicações. Está aí o resultado. Com o ITERAIMA não é diferente, nós sabemos disso pelas conversas nos bastidores. Eu recebi uma informação, recentemente, no meu gabinete, de colonos da região de Caracará e do Cantá, que seu Márcio Junqueira enche o carro do ITERAIMA de uísque, de empresários e gringos e sai no final de semana loteando as terras de Roraima. As pessoas estão lá no meu gabinete e, eu as trago aqui. Nós sabemos que há secretários de Estado que estão saindo aos quatro cantos do Estado dizendo que os produtores têm que pagar junto ao ITERAIMA para obterem a documentação das terras. Esta Casa sabe do esquema que está acontecendo dentro do ITERAIMA. Se nós queremos ser omissos como fomos no caso do IPERR vamos pagar um preço por isso. Não adianta só chamar o Governador aqui, Deputado Chicão, pois ele sabe da situação, porque é grileiro de terra. É o primeiro que está respondendo a processo, pois emitiram título para a esposa dele, então, como ele não sabe? Não vamos tapar o sol com a peneira, Senhores, nós temos que tomar providências, pois nós regulamentamos aqui, a PEC Jalser exatamente para isso. Agora, se vamos cruzar os braços e pagar um preço, eu não vou. Até as informações que nós aprovamos, eu e o Deputado, Dhiego pedindo cópia dos títulos de terras junto ao ITERAIMA, nunca chegou aos nossos gabinetes, porque eles fazem de conta que nem existem. E, esta Casa não toma providência nenhuma, ou seja, não vamos nos auto enganar. A própria justiça, recentemente, proibiu a titulação de terras porque já havia indícios fortíssimos, os documentos do ITERAIMA estão presos na Polícia Federal, por quê? Então, Senhores, fica a nossa preocupação. Temos que convocar o Senhor Márcio Junqueira e com certeza não seria nenhuma medida radical afastá-lo do cargo, assim como o atual Governador.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigada, Deputado. Concedo um aparte ao Senhor Deputado Dhiego Coêlho.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Dhiego Coêlho – Eu gostaria de dizer que estive no Estado do Mato Grosso, no ano passado, conversando com o Presidente da Assembleia Legislativa e um assessor dele. Sabendo que eu era de Roraima, me perguntou se eu poderia esperar um pouco para que pudesse chamar a esposa dele, pois ela gostaria de conversar comigo, porque estaria vindo ao Estado. E, conheci a esposa dele, a qual me falou que estava vindo para cá para conhecer o Estado de Roraima, pois uma pessoa daqui foi até ela e a chamou para uma reunião com um grupo de plantadores de soja e, nessa reunião, a pessoa ofereceu terras para esse grupo. Então, a oferta foi que aqui ele tinha como entregar títulos de até dois mil e quinhentos hectares por um valor simbólico de duzentos e cinquenta mil reais, ou seja, por esse valor cada hectare vai custar cem reais. Hoje, o preço de um hectare aqui no Estado está em torno de mil e quinhentos a três mil reais. Mas, esse cidadão que saiu aqui do Estado de Roraima e foi até o Mato Grosso fazer reunião com um grupo de plantadores, ofereceu as terras do nosso Estado por um preço simbólico, que com certeza vai entrar como propina no bolso dele. E ele é um representante do Governo do Estado de Roraima do alto escalão. Nós temos pessoas para representar bem o nosso Estado, para trabalhar realmente por aqueles que realmente já têm as suas terras e querem seus títulos definitivos para chegarem até um banco e fazerem um financiamento, no intuito de poder plantar e tirar o sustento de sua família. Mas, esse cidadão vai até outro Estado e oferece as nossas terras, um hectare a 100 reais. Desculpem-me, mas essa é uma quadrilha que está acabando com o nosso Estado, que está rifando, que está vendendo, que está dando para empresários de fora ao invés de dar para aqueles pequenos agricultores que moram aqui, em nosso Estado. Quero só deixar esse registro aqui, para que todos tenham ciência desse acontecimento. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. - Obrigada, Deputado Dhiego Coelho. Deputado Coronel Chagas, Vossa Excelência permite que eu conceda um aparte ao Deputado George Melo?

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Concedido.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Então, com a palavra o Deputado George Melo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo – Deputado Flamarion, o senhor é sabedor que muitas vezes venho contestar as suas palavras aqui em plenário. Mas, desta vez, quero dizer que Vossa Excelência tem toda razão quando se preocupa com a questão da segurança das terras.

Eu acompanhei o raciocínio do Deputado Dhiego Coelho e vejo Governadores por aí até isentando para que haja desenvolvimento. Eu não vejo nenhuma anormalidade nisso. Mas, quando vejo pais de famílias, cidadãos que estão a mais de 15 anos num lote, há 50 anos, coisa de herança, e essas pessoas terem a sua insegurança na terra, isso me preocupa muito, pois eram, na verdade, para terem a segurança. Eu também colaborei com a sua ideia e sou defensor dessa tese que esta Casa tem que tomar providências. Nós não podemos permitir que o nosso Estado fomente a grilagem, a invasão. Nós não podemos permitir que num Estado de direito, num Estado onde nós temos segurança, hoje, no qual, um Deputado anda sozinho sem precisar de segurança, levarmos a insegurança para o campo. Então, Vossa Excelência, hoje, tem o meu apoio. Eu não posso permitir isso. E, vou tomar providências, vou visitar hoje mesmo o Iteraima e deixar registrado o meu descontentamento. Esse tipo de ação de tornar produtores inseguros, desesperados, não pode partir desta Casa. Então, parabéns pela sua explanação nesta manhã.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. – Obrigado, Deputado George Melo. Vou encerrar dizendo aquilo que eu ouvi durante muitos anos do meu velho pai: O suor do homem é sagrado e merece respeito. E, o suor dessas pessoas já está há muitos anos nesse solo roraimense. A eles o nosso louvor, a nossa homenagem, o nosso respeito e a certeza de estarmos juntos numa luta árdua e feroz na defesa dos direitos dos agricultores. Muito obrigado, Presidente.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Senhor Presidente, Senhores e Senhores aqui presentes no plenário, meu bom-dia a todos. Deputado Flamarion, eu ia retirar a minha inscrição no Grande Expediente de hoje, devido não ter concluído um relatório a respeito do meu discurso. Tanto que, da última vez, Deputada Ângela, que subi a esta tribuna, informei que apenas faria discurso se fosse baseado em dados e não apenas em palavras. E o meu discurso seria a respeito da Lei Orçamentária que foi enviada. Eu estou estudando profundamente essa lei e acho que nós temos que começar a ver onde estão os gastos e citar as funções das Secretarias Extraordinárias e o orçamento que nos foi enviado com a previsão de gastos para ela. A Deputada Ângela, que é uma dona de casa, sabe quando a coisa aperta, que é o que a gente vê todos os dias. O Governador, agora, aparece nos meios de comunicação para informar que o Estado está quebrado, está falido, que não há recursos e nos manda um orçamento com previsão. Eu vou citar os valores para as pessoas terem ideia de que alguém aqui está chorando, mas nos manda uma coisa dessas. Toda dona de casa sabe que quando a coisa aperta, nós não podemos nos dar ao luxo de gastar desnecessariamente. Mas, não retirei minha fala em decorrência do pronunciamento do Deputado Flamarion. Eu propus aqui, o ano passado, quando tramitou uma PEC nesta Casa, a PEC nº 008, a necessidade de vir para esta Casa essa PEC que visa que todos os processos de titulação que se encontram no ITERAIMA, acima de 500 hectares, venham para cá para avaliação e, que se criem comissões dentro da Assembleia para que nós, como Deputados, possamos avaliar se realmente é um produtor, porque Roraima é o único lugar em que a pessoa mora de aluguel, tem cinco mil hectares de terras e anda por aí fazendo negócios com produtores de fora. A pessoa mora de aluguel e não tem um carro para andar, mas, do dia para a noite, aparece de caminhonete Hilux. O único lugar em que existe isso é em Roraima.

Deputado Flamarion, em frente à Marina do Rio Branco, há dias atrás, havia um terreno com uma placa dizendo: Área Institucional do ITERAIMA. Hoje, você passa lá e vê uma propriedade particular. Recentemente, essa mesma PEC, Deputada Ângela, que está em nossas mãos, não teve veto de Governador aqui não. Só depende da vontade desta Casa. Essa PEC vai tirar a autonomia... E, mais uma vez eu peço desculpas, mas aqui, nós somos imunes pelas nossas palavras ao que esses vagabundos estão fazendo com o nosso Estado. Dentro do ITERAIMA, hoje, Deputado Flamarion, tiraram uma servidora competente, que tinha compromisso com o nosso Estado e colocaram em seu lugar uma pessoa para ganhar 14 mil reais que sequer aparece lá. Isso é vergonhoso para este Governo. Um Senhor de idade, aqui, uma vez me disse: Rapaz, essa comissão parece um cabaré, pois colocaram namoradas ou parente de alguém e não se preocupam em colocar pessoas capacitadas. E, fora não serem capacitadas, Deputado Chico Guerra, ainda não tem o compromisso de aparecer lá.

Então, essa PEC vai começar a tramitar no ano que vem e vou cobrar o voto do Deputado George Melo que se mostrou preocupado com essa situação. Eu acho que nós, como Deputados Estaduais, temos essa responsabilidade. Na terça-feira, vou subir mais uma vez nesta tribuna para falar sobre o orçamento que nos foi enviado. Obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores aqui presentes em nosso

plenário. Alguns assuntos importantes foram debatidos hoje aqui. Mas, eu quero começar destacando um tema recorrente no Brasil. Esse foi o mês do TELETON, campanha que o grupo Sílvio Santos faz todos os anos. Este ano sobraram cinco milhões e meio daquilo que havia sido programado para atender a demanda das AACD em todo o Brasil. Ainda existem alguns Estados que não têm AACD, um deles é o Estado de Roraima. A Primeira Dama do Estado desenvolve os Projetos Viva a Comunidade, Viva a Melhor Idade fantásticos. Quero fazer um apelo ao Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa para que o nosso Presidente interfira junto ao Poder Executivo do nosso Estado, entre em contato com o Presidente da AACD do Brasil, pedindo que priorize Roraima, na região norte, na implantação de uma instituição da AACD que é modelo para o Brasil. Quantas mães do nosso Estado precisam de uma instituição como aquela para colocarem seus filhos.

Eu tive a oportunidade de conhecer a AACD de Recife e a de São Paulo, quem não tem recurso é atendido gratuitamente e as famílias que têm disponibilidade financeira pagam para aquelas que não têm possam receber atendimento. Então, eu faço esse apelo. No ano passado, usei a tribuna por mais de duas vezes para fazer esse apelo, pedindo ao Poder Legislativo que interfira junto ao Poder Executivo para que possamos trazer a AACD para Roraima. Esse é um sonho que eu gostaria que fosse transformado em realidade, pois não é um sonho só meu, mas de centenas de pais de família que necessitam de uma instituição com a seriedade da AACD no nosso Estado.

Quero também fazer um apelo à Presidência, à Mesa da Assembleia, para que coloque em votação, o mais rápido possível, a PEC que regulamenta os funcionários que têm mais de 15 anos na CER, CAER e CODESAIMA. Eu sei que vamos enfrentar o Ministério Público, porque para esse órgão nada pode, tirar uma grama não pode, porque está mexendo com o meio ambiente, regulamentar essa lei não pode, porque tem que ter concurso público. Não pode em Roraima, mas em Minas Gerais foi regulamentada no Governo do Aécio Neves; No Amazonas, no Governo do Amazonino Mendes, e na Prefeitura de Manaus quando o Amazonino foi Prefeito, ele regulamentou mais de 15 mil funcionários. Aqui em Roraima nada pode. Então, faço um apelo aos colegas Parlamentares que votássemos essa matéria ainda hoje, para que possamos beneficiar na CER, na CAER e na CODESAIMA, funcionários que exercem há mais de 15 anos seus cargos e que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento do nosso Estado. Não é justo que uma pessoa que tenha 60 anos, como eu tenho, amanhã federalizarem a Companhia de Energia Elétrica do nosso Estado e essa pessoa ser demitida e não ter mais oportunidade no mercado de trabalho em Roraima. Dessa forma, nós vamos prejudicar não só o cidadão envolvido, mas todos que dependem desse cidadão. Então, não podemos deixar essa situação para depois. Podemos, neste momento, mostrar para a sociedade que nós vamos dar a nossa parcela de contribuição votando essa PEC. Faço um apelo para que a coloquem na pauta da Ordem do Dia de hoje, já que há quórum qualificado para votarmos essa emenda constitucional. Se encontra presente na Sessão o Presidente da Casa, Deputado Chico Guerra, e faço esse apelo diretamente a ele: coloque na pauta da Ordem do Dia de hoje a referida PEC, que tenho certeza absoluta que será aprovada por unanimidade.

Deputado Sampaio, o Ministério Público vai questionar, mas há fatos legais realizado pelo Governador Aécio Neves, de Minas. O Amazonino, quando foi governador e depois Prefeito, fez o mesmo. Eu tenho uma pessoa na família que foi beneficiada com essa lei, e hoje faz parte do quadro permanente da Prefeitura de Manaus. Lá, a lei beneficiava quem tinha mais de 10 anos, aqui é 15anos.

Chegou a esta Casa, Deputado Sampaio e Flamarion, que são críticos, e quando eu digo críticos é porque apresentaram resultados sobre a situação do IPER, conforme informação que eu recebi do Tribunal de Contas do Estado, uma proposta para que seja formada uma Comissão conjunta para auditar o IPERR. Se existe essa proposta, e está solicitando nomes de técnicos para participar juntamente com os técnicos do TCE, o correto seria que dentre esses tivéssemos um Parlamentar da Comissão de Orçamento, ou da Comissão de Fiscalização, para acompanhar in loco, porque a parte mais interessada em resolver o problema do IPERR é o Parlamento. Então, deixo esse apelo à Mesa Diretora da Casa, que dentre os membros que vão participar da auditoria seja indicado um Parlamentar, pois isso facilitaria, quando fosse colocado aqui para discussão, o Parlamentar que participou da Comissão poderia fazer uma explanação para que votássemos conscientes. Em relação ao ITERAIA está fácil de resolver o problema. Foi publicada a convocação dos Presidentes das Companhias Mistas, das empresas de economia mista, convocando primeiro o Presidente do DETRAN, e de imediato o Presidente do

ITERAIMA, porque esse caso do Instituto é mais crítico, e o alvo mais recorrentes de denúncias. Então, quero fazer esse apelo à Mesa.

Aparte concedido ao Deputado Jânio Xingú – Quero parabenizar a atitude do Presidente Chico Guerra que mandou regulamentar a PEC, conhecida como PEC Jalsner Renier, que dá o direito à Assembleia Legislativa de sabatinar anualmente os Presidentes de Autarquias, Fundações, sociedade de economia mista etc. Vossa Excelência traz a ideia de colocar em pauta e não há momento melhor. Já que foi regulamentada, que se convoque o Presidente, não só do DETRAN, e sim todos. E, que dê logo início, para que possamos criar a Comissão Especial para sabatinar esse pessoal até chegar ao plenário para votarmos. A votação é secreta. A Assembleia decidirá, se esse Gestor está sendo um bom gestor para o Estado, se fica ou não no cargo. Portanto, tem o meu apoio na Casa e estou pronto para ajudá-lo para que possamos fazer valer a prerrogativa deste Poder.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chicão da Silveira - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Deputado Joaquim, o ser humano não pode viver a vida só olhando para frente, muitas vezes tem que olhar para o lado e, às vezes, para trás. Nós, seres humanos, somos errôneos em nossas ações. Às vezes, lembra de agradecer a Deus pelos nossos filhos, netos, irmãos, pela nossa mãe, mas, Deputado Joaquim, só quem tem uma criança com necessidades especiais, ou até mesmo adulto, com deficiência, sabe da importância da AACD, do trabalho que essa Associação executa, sem fins lucrativos. O poder público poderia copiar políticas públicas que AACD prática hoje em 16 unidades nesse país. Às vezes, cinco reais para quem não tem um rendimento, um salário, pode fazer uma diferença no seu orçamento no final do mês, mas quem pode doar, não sabe da grandeza da AACD, da tamanha importância do trabalho que lá é realizado. Quero cumprimentar Vossa Excelência e me solidarizar a essa proposta. Eu faço um trabalho social, o qual eu não divulgo, diferente de muitas pessoas que gostam de noticiar, pois não me veem em jornal, rádio. Não sou de estar fazendo propagando daquilo que faço, mas convivo com muitas famílias que necessitam e precisam dos trabalhos da AACD.

Quero falar do Ministério Público Estadual. Vossa Excelência tem razão, eu também, muitas vezes, deixei de usar a Tribuna desta Casa por algumas razões, às vezes pela nossa voz, pelos nossos gritos não encontrarem eco, manifestações de apoio dos colegas. É difícil ver o Ministério Público desenvolver uma ação que possa promover o cidadão que possa ajudar a gerar emprego e renda a uma família, seja descontada para punir, para impedir. Isso é um absurdo. E, nós não podemos deixar passar. Que esses guerreiros, esses funcionários da CER, possam ser contemplados com a federalização da campanha. Nós temos que correr, urge providências imediatas. Quero fazer um apelo ao nosso relator, Deputado Coronel Chagas, que pudéssemos avançar o mais rápido possível, se for o caso, nos reunirmos fora das Sessões Ordinárias. Parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. Agradeço os apartes dos Senhores Deputados Xingu e Chicão da Silveira.

Encerro meu pronunciamento fazendo um apelo à Presidência da Casa, em especial ao Deputado Rodrigo, que é amigo pessoal do Deputado Luciano Castro, o qual é um dos sócios majoritários da Rede Tropical de Televisão, que é filiada ao SBT, que consiga levar a nossa Primeira Dama do Estado, até o Sílvio Santos para fazer um contato, um apelo ao Presidente da AACD, pois com isso, eu tenho absoluta certeza que vamos caminhar a passos largos para que possamos trazer a AACD para o nosso Estado. Muito obrigado.

A Senhora Deputada Ângela Portella – Senhor Presidente, Senhores Deputados, bom-dia a todos presentes.

Está ocorrendo, neste momento, a Sétima Mostra do Cinema de Direitos Humanos na América do Sul. Em nossa capital, Boa Vista, esse festival está acontecendo no cine SESC, com tantas situações desconfortáveis em nosso Estado, conforme se ouviu hoje nesta Tribuna. É importante também que nós reflitamos que o cinema é um instrumento que dá eco às realidades populares. Um total de 37 filmes, incluídos vários títulos inéditos no país, estão na programação da Sétima Mostra do Cinema de Direitos Humanos da América do Sul, que acontece em nossa capital de 19 a 24 de novembro no cine SESC. O evento acontece pelo segundo ano consecutivo e tem entrada franca. As projeções da Sétima Mostra de Cinema acontecem nas 26 capitais e no Distrito Federal de forma simultânea. Em todos os locais há acessibilidade a pessoas com deficiência e, as sessões contam com sistema de áudio, voltadas a deficientes visuais e auditivos. Isso significa dizer que é direcionado às pessoas que tem deficiência auditiva e visual. O evento é uma realização da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da

República, com a produção da cinemateca brasileira e como patrocínio da Petrobras. O objetivo é celebrar o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 48. Serão exibidos filmes, produzidos recentemente nos países Sul-Americanos, criando espaço para os produtores e demais profissionais de cinema possam divulgar trabalhos relacionados aos direitos humanos, oportunidades para nós, nobres parlamentares que compomos as Comissões voltadas para os direitos humanos, estarmos participando e refletindo a cerca dessa temática. A iniciativa conta com o apoio dos Ministérios da Ações Exteriores, TV Brasil, da sociedade da amigos cinemateca do SESC, essas obras mais votadas pelo público, são contempladas com o prêmio exibição TV Brasil nas categorias, longa, média e curta metragem. A programação tem curadoria do cineasta e curador Francisco César Filho. O grande homenageado do evento em 2012, é o brasileiro Eduardo Coutinho, considerado um dos mais importantes documentaristas da atualidade de todo mundo, seu trabalho é reconhecido pela sensibilidade e pela capacidade de ouvir o outro, registrando sem sentimentalismo, as vezes emoções, as aspirações das pessoas comuns. Entre os filmes que serão exibidos da sétima mostra estão duas obras que focalizam a Lei Maria da Penha, que alterou o código penal brasileiro permitindo que agressores de mulheres no âmbito doméstico, sejam presos em flagrantes ou tenha a prisão preventiva decretada, a média metragem “o silêncio das inocentes” de Ique Gazola, e o curta Maria da Penha, um caso de litígio internacional de Felipe Diniz, leva o nome da biofarmacêutica cearense, que ficou paraplégica por ser baleada pelo marido, no total serão 37 filmes exibidos, durante uma semana de mostra, no cine SESC com entrada franca, as seções são da 14 às 20 horas. Outros filmes que serão exibidos são: o clássico; “cabra marcado para morrer, Santo Forte, o fio da memória, toldo de coutinho e ainda, Hoje, da Tata Amaral e o dia que durou 21 anos, de Camilo Tavares”, Assembleia Legislativa, apoio a mostra, nesse espírito, reforço que temos a oportunidade de estarmos participando junto com a nossa comunidade dessa temática bem interessante, vamos participar, obrigada.

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – Não havendo mais Oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia. Discussão e votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 002/12, que “versa sobre as modalidades de ingresso nas Companhias Estaduais”, de autoria de vários Deputados. E, em turno único, do Projeto de Lei nº 049/12, que “cria os cargos de cirurgião-dentista em suas diversas especialidades, e dá outras providências”, de autoria Governamental”; do Requerimento de Pedido de Informação nº 014/12, a ser encaminhado ao Senhor Luiz Renato Maciel de Melo, Secretário de Estado da Fazenda, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; do Requerimento nº 046/12, convocando o Diretor Presidente do DETRAN/RR, Senhor Jorge Everton, para, no dia 22 do corrente, às 10h, prestar esclarecimentos sobre as atividades daquele órgão, observando o Ato Normativo nº 001/12; do Requerimento nº 047/12, convocando o Diretor Presidente do ITERAIMA, Senhor Márcio Junqueira, para, no dia 21 do corrente, às 12h, prestar esclarecimento, sobre as atividades daquele órgão, observando o Ato Normativo nº 001/12; da Moção de Repúdio nº 020/12, aos atos da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que culminaram com a suspensão da operação das empresas roraimenses de transporte de passageiros entre as cidades de Manaus e Boa Vista, atendendo o interesse do monopólio que é exercido pela EUCATUR há mais de vinte anos.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as comissões em conjunto possam analisar e emitir Parecer ao Projeto de Lei nº 049/12 e, para que a Comissão Especial Interna, criada pela Resolução nº 015/12, emita Parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 002/12. Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente, Deputado (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 002/12 e do Parecer da Comissão Especial.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhor Presidente, como hoje é véspera de feriado, gostaria de saber se Vossa Excelência irá convocar Sessão Extraordinária para a votação em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 002/12.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Se houver Requerimento solicitando a Sessão?

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Eu requeiro, inclusive solicitando a dispensa de interstícios.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio - A oposição acompanha a solicitação do Deputado Chicão.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, pelo adiantado da hora, solicito a prorrogação da Sessão.

O Senhor Presidente, Deputado (Chico Guerra) – Prorrogo a Sessão pelo prazo de uma hora.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Senhor Presidente, a maioria dos Senhores Parlamentares também acompanham o Requerimento do Deputado Chicão.

O Senhor Presidente, Deputado (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 02/12, bem como do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado (Jalser Renier) – Lida a Proposta de Emenda à Constituição e o Parecer.

O Senhor Presidente, Deputado (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Proposta de Emenda à Constituição nº 002/12. Em votação. Comunico aos Senhores Deputados que, nos termos do § 2º, do artigo 60 da Constituição Federal, e § 2º da Constituição do Estado, a emenda será aprovada se obtiver 3/5 dos votos favoráveis dos membros desta Casa, portanto, 15 votos. Votando sim, os senhores Deputados estarão aprovando a Proposta de Emenda Constitucional nº 002/12, votando não, estarão rejeitando-a. Solicito a abertura do painel para votação. Coloco em votação, em Primeiro Turno, a Proposta de Emenda Constitucional nº 002/12.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, a oposição orienta os Deputados a votarem sim.

O Senhor Presidente, Deputado (Chico Guerra) – Quero comunicar aos senhores Deputados que o Presidente não vota, mas, se votasse, votaria sim. Quero comunicar a assessoria que a Deputada Aurelina Medeiros, os Deputados Naldo da Loteria, Brito Bezerra, Mecias de Jesus e Jean Frank estão fora do Estado à serviço desta Casa.

Declaro aprovada, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 002/12, que “acrescenta ao artigo 20, g, da Constituição do Estado de Roraima, que versa sobre a modalidade de ingresso nas Companhias Estaduais, por 18 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Comunico aos Senhores Deputados que a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 31, caput do artigo 33, inciso XVIII da Constituição Estadual, combinado com o artigo 23, inciso V e alínea J, e com o art. 43 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução: “Fica criada a Comissão Especial Externa para, nos termos do Ato Normativo nº 001/12 e do Requerimento 047/12, opinar e emitir parecer ao relatório de atividades do exercício anterior do plano de metas para o exercício seguinte, apresentada pelo Senhor Márcio Junqueira, composta pelos parlamentares: Ângela Águida Portella, Dhiego Coelho Fogaça, Erci de Moraes, Remídio Monai e Soldado Sampaio. A Comissão a que se refere o item primeiro tem o prazo de funcionamento de 60 dias. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 31, caput do artigo 33, inciso XVIII da Constituição Estadual, combinado com o artigo 23, inciso V e alínea J, e art. 43 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução: “Fica criada a Comissão Especial Externa para, nos termos do Ato Normativo nº 001/12 e do Requerimento 047/12, opinar e emitir parecer ao relatório de atividades do exercício anterior do plano de metas para o exercício seguinte, apresentada pelo Senhor Jorge Ewerton, composta pelos parlamentares: Flamarion Portela, Joaquim Ruiz, Mecias de Jesus e Naldo da Loteria. A Comissão a que se refere o item primeiro tem o prazo de funcionamento de 60 dias. Passaremos agora para o Expediente de Explicações Pessoais. Não havendo nenhum Deputado que queria se pronunciar e não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão, convocando outra para o dia 20 de novembro, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 20/11/2012